MARCOS VINICIUS PANSARDI – PROFESSOR DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ.

Estado, Classes Sociais e Globalização: ruptura ou continuidade?

Uma moda recente, além de propor o "fim do Estado", também acabou com a unidade conceitual deste ao percebê-lo como uma arena de entidades burocráticas competindo, enquanto outra reduziu a importância relativa do Estado ao introduzir uma série de atividades transnacionais privadas e redes transgovernamentais entre fragmentos de burocracias estatais (Cox, 1986).

Contudo, para a leitura neogramsciana o Estado continua sendo o agente fundamental da política, seja ela nacional ou internacional, mas efetivamente temos que compreender a mudança real na ordem internacional no pós-guerra fria. Quando se pensa no conceito de sociedade civil desvinculado do Estado, como o fazem os pós-modernos, se abstrai toda formulação gramsciana sobre a correlação dialética entre estes dois territórios que se resumem na sua concepção de um "Estado ampliado".

Segundo Guido Liguori (2003), é este o conceito fundamental dos cadernos, e não o de sociedade civil. Ao contrário do que pretendem os apologistas da globalização, salienta o autor, não estamos assistindo ao fim dos estados nacionais e sua substituição pelas organizações da ONU e daquelas criadas em Bretton Woods, mas sim um novo rearranjo que permite uma nova dominação da superpotência ou "super-estado" estadunidense.

As estruturas deste Estado ampliado são a base fundamental desta leitura e se caracterizavam, portanto, em um conjunto de instituições privadas e públicas que iam desde as instituições de Bretton Woods, a sindicatos, multinacionais, aparelhos do Estado, universidades, comitê de experts, etc., todas operando ao nível transnacional.

Para Robert Cox (*apud* Gill, 1997), há variações importantes nas formas ampliadas de Estados, que se diferenciam pelos seus princípios constitutivos, pelas suas normas, assim como historicamente variam também as ordens internacionais. O autor expande o conceito gramsciano de Estado, pois na constituição destas ordens globais entram tipos diferenciados de forcas sociais, tais como: idéias, instituições, variadas formas produtivas, assim como blocos históricos nacionais e internacionais que se baseiam em diversas coalizões, de

alianças de classe que não se limitam ao território nacional. Este processo o autor designa como a "internacionalização ou de globalização do Estado", fenômeno este não completamente novo, como já assinalado por Marx no *Manifesto*.

Assim como os marxistas ou neomarxistas se colocam frente ao fenômeno da globalização também se colocam frente à questão do Estado. Aqueles que acreditam ver neste fenômeno uma ruptura com a modernidade vêm o ponto de mudança na perda da centralidade do Estado como agente fundamental da sociedade capitalista. Assim, acontece com a análise sobre as mudanças no campo das classes sociais e da luta de classes, pois aqui também a aceitação da visão da globalização como uma ruptura leva a uma concepção que nega a concepção marxista clássica do caráter nacional de classes sociais e de luta de classes.

Esta concepção encontrada no *Manifesto Comunista* não deixava dúvida sobre o caráter dialético da relação das classes com o Estado nacional. Ao mesmo tempo em que afirmava o caráter internacional da burguesia, afirmando que esta "tem que instalar em toda parte, estabelecer-se em toda parte, criar ligações em toda parte", por outro lado, afirmava sua condição eminentemente nacional, pois em seu processo formativo caminhava resolutamente para a centralização caracterizada "*numa* nação, *num* governo, *numa* lei, no interesse nacional de *uma classe*, *num* sistema aduaneiro". Assim também acontece com os proletários, seu caráter internacionalista é exaltado, "os operários não tem pátria", ao mesmo tempo em que sua condição nacional determina sua ação, pois "pela forma, embora não pelo conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia começa por ser uma luta nacional".

Esta dialética nacional-internacional aponta que, enquanto as classes sociais no capitalismo têm uma vocação eminentemente internacionalista, contudo, elas se formam e adquiriram consciência de si no casulo do Estado-nação e só podem ser compreendidas através dele. O Estado, então, teve um papel fundamental na formação das classes, inclusive ao tornar central em suas ações a mediação entre as relações de classes. Estes Estados nacionais refletiram as coalizões de classe que foram organizadas nos blocos históricos dos Estados-nação. Seguindo esta argumentação, Gramsci nos mostra que:

> O Estado permanece para ele (Gramsci) como a entidade básica das relações internacionais e o lugar onde os conflitos sociais ocorrem - o local onde também, as hegemonias das classes sociais podem

> ser construídas. Nessas hegemonias, as características particulares das nações combinam-se em caminhos únicos e originais. A classe trabalhadora, que deve ser considerada como internacional num sentido abstrato, se nacionaliza no processo de construção da sua hegemonia. O surgimento de um novo bloco liderado pelos trabalhadores ao nível nacional deveria, nessa linha de raciocínio, preceder toda reestruturação básica das relações internacionais. Entretanto, o Estado, que permanece como o foco primário da luta social e a entidade básica das relações internacionais, é o Estado ampliado no qual se inclui sua própria base social. (Cox, 1994)

Nesta leitura a internacionalização do capital se da através de um sistema de Estados-nação que mediam as relações entre classes e blocos de classes, incluindo aqui as classes burguesas nacionais. A conclusão aponta para mudanças *no* sistema internacional mais do que mudanças *do* sistema.

Por outro lado emergem teorias, que como vimos apostam para mudanças radicais, não estaríamos falando de mudanças em um sistema *inter*nacional, mas sim sobre a construção de um sistema *trans*acional. Com o fenômeno da globalização se estabelecem as condições materiais para a superação da política centrada no Estado-nação. Surgem classes sociais, ou frações de classes, que não teriam mais como referência o espaço nacional. Na formação destas classes ou frações os grupos dominantes se fundem para compor uma classe dominante global.

Como representante da concepção da mudança radical, da ruptura com a visão marxista clássica, os trabalhos do americano William I. Robinson são exemplares e serão utilizados como referência para esta análise.

Para este autor, as concepções marxianas e marxistas clássicas não estão erradas, desde que colocadas em seu contexto histórico. Elas erram quando não conseguem compreender a historicidade própria destas teorias. Pois, os estudos que enfocam as classes sociais a partir do foco do Estado-nação são validos para um período especifico do desenvolvimento do capitalismo, com o período da globalização assistimos o surgimento de uma sociedade *transnacional*, composto por processos econômicos, sociais, políticos e culturais que vão além da sociedade *nacional* e mesmo da *internacional* (Robinson, 1998).

Segundo Robinson, o processo de globalização se assenta sobre uma profunda modificação no circuito de acumulação do capital, pois a própria produção se dispersa e descentraliza do seu casulo nacional, conseqüentemente os lucros são disseminados globalmente através a ampla flexibilização do mercado financeiro. Assim, a estrutura produtiva nacional esta pouco a pouco se tornando integrada não mais internacionalmente

como no período anterior, mais agora se transnacionaliza. A grande mobilidade do capital, a incapacidade dos Estados em conter o fluxo de mercadorias, de dinheiro em seus limites fronteiriços altera a relação deste com o processo de acumulação. A conseqüência disso é a progressiva formação de uma classe ou fração de classe transnacional (Robinson, 2004).

Para este autor, estamos ainda em um período inicial deste processo, onde as estruturas ainda não estão amadurecidas, mas em processo de formação. Não assistimos o desaparecimento das classes nacionais, mas sim a construção de uma estrutura de classe transnacional que se torna sobreposta sobre a estrutura nacional. Em realidade, a ascensão das classes ou frações transnacionais tem se constituído, em geral, em um processo conflituoso entre esta fração e a fração nacionalista do capital, onde o controle do aparato estatal se tornou um ponto central de disputa. Portando, a ascensão dos discursos e práticas neoliberais nos anos 80 e 90 representaria o progressivo domínio político das frações transnacionais sobre as velhas oligarquias burguesas que se caracterizariam pela defesa do caráter monopolista do Estado interventor (van Der Pijl, 1998).

Deste modo, a compreensão da ascensão destas classes transnacionais não se resume a constatação do predomínio caráter transacional da produção capitalista, portanto uma leitura estrutural, mas Robinson compreende este processo como fruto das lutas de classe que se desenvolveram nas décadas anteriores em que o proletariado impôs limites a exploração do capital através da constituição de um Estado protetor. Como resposta as classes dominantes buscaram a transnacionalização para liberar as amarras da acumulação nacional. Ou seja, analise deste fenômeno não pode se restringir a uma abordagem econômica, mas sim deve ser focado a partir das lutas políticas em torno do Estado (Robinson, 2004).

Assim, assistimos a uma mudança do balanço da luta de classes, seja a nível nacional (transnacionalização das políticas econômicas internas) ou internacional. O enfraquecimento das classes trabalhadoras, das classes burguesas representantes do capitalismo nacional, é refletido no enfraquecimento do Estado-nação.

O Consenso de Washington, a hegemonia do neoliberalismo e o projeto político da "Terceira Via" representam o domínio desta classe (a "Transnacional Capitalist Class", ou TCC), que representa os maiores meios de produção, as corporações transnacionais, e principalmente o capital financeiro privado(Robinson e Harris, 2000).

Assim, estes autores resumem sua concepção:

> Nós argumentamos neste ensaio que a classe capitalista transnacional (TCC) tem emergido, e que esta é uma classe dominante global. Porque ela controla os níveis de um emergente aparato de estado transnacional e a execução das decisões globais. Esta TCC esta no processo de constituição de um novo bloco histórico capitalista global; um novo bloco hegemônico consistindo de varias forças econômicas e políticas que tem se tornado o setor dominante da classe dominante em todo o mundo, tanto no norte como no sul. As políticas públicas e privadas deste bloco dominante estão condicionadas por uma nova estrutura global de acumulação e produção. Este bloco histórico é composto de corporações transacionais e de instituições financeiras, a elite que gerencia as agências supranacionais de planificação econômica, as forças principais dos partidos políticos dominantes, as conglomerados de mídia, e as elites tecnocráticas e os administradores do Estado. (Robinson e Harris, 2000: 01)

Para Robinson (2004) esta classe burguesa transacional não é apenas uma *classe em si*, no sentido de se poder determinar estruturalmente sua existência, mas também é uma *classe para si*, pois é uma classe consciente de seu papel, seu objetivo de se desvencilhar das amarras do Estado nacional, a leva a se organizar como ator internacional desenvolvendo um projeto político que se apóia não apenas na conquista do poder nacional, mas também principalmente na construção e domínio das organizações da sociedade civil internacional. A este plano Robinson chamou de "agenda da elite transacional" (Robinson e Harris, 2000: 09) como forma de garantir o livre funcionamento de um capitalismo global. A construção de um aparato de hegemonia baseado na sociedade civil global envolve agências nacionais integradas com o sistema internacional. Vão desde fóruns econômicos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comercio, bancos regionais, e outros; até os fóruns políticos como o G7, o Grupo dos 22, a Comissão Trilateral e o Fórum Econômico Mundial, como também a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Européia, a Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

Contudo esta classe ou fração trasnacional (e dentro dela o capital financeiro) apesar de dominante no conjunto das frações burguesas não pode ser apropriadamente hegemônica no bloco capitalista, pois a competição feroz entre os vários grupos, sejam as frações nacionais e as internacionais, sejam entre os grupos financeiros , comerciais ou industriais impedem a unidade interna da classe.

Se o conflito interno entre as classes burguesas esta longe de sugerir uma união no sentido de um *ultraimperialismo*, também os conflitos com as classes dominadas estão

longe de estarem ultrapassados. Não se nega o fato que o processo de globalização em si, como falado, tem permitido o aumento do poder dos setores burgueses sobre os trabalhadores e classes populares em geral, agindo "como uma força centrípeta para a classe capitalista e como centrífuga para a classe trabalhadora" (Robinson e Harris, 2000: 08). Enquanto a burguesia é uma classe consciente, o proletariado que também se globaliza, pode ser compreendido como *classe em si,* mas não como *classe para si.* As razões para isso são, a manutenção continuada do Estado-nação, e o desenvolvimento em ritmos desiguais das sociedades nacionais. Assim, o processo de reestruturação produtiva e a flexibilização pós-fordista tem fragmentado e produzido novas clivagens que tem tornado difíceis a organização das classes populares e trabalhadores em uma nova forma de bloco anti-hegemônico.

A conclusão de Robinson aponta para um processo de ampliação da dominação burguesa e de enfraquecimento em geral da oposição trabalhadora, porem demonstra que este processo esta longe de ser tranqüilo e sem fraturas, ao contrário, existe claros limites para um processo de reconstrução do bloco hegemônico capitalista desarticulado com o fim do compromisso social-democrata. O espaço esta aberto para a construção de um bloco contra-hegemônico popular, mas este ainda não se encontra ao alcance da visão. E afinal a ruptura causada pelo processo de globalização e transnacionalização das classes não alterou a contradição principal do capitalismo contemporâneo, que continua a ser entre as classes dominantes e dominadas (2004: 54).

Outra é a análise que se apresenta quando os autores trabalhados se situam mais próximos da leitura clássica do marxismo. Assim, os autores que se filiam ao pensamento de Antonio Gramsci, particularmente no campo das Relações Internacionais, chamados de "neogramscianos", situam o processo de globalização dentro de uma evolução dialética da sociedade capitalista. Aqui os processos contemporâneos não são vistos sob a ótica da ruptura, mas como continuidade ou em um conjunto mudança/continuidade, de uma modernização conservadora. O reconhecimento da existência de uma nova configuração política e econômica que se expande para a constituição de processos e classes transnacionalizadas não rompe com a centralidade do Estado para a análise e os processos de luta inspirados no marxismo.

Ao contrário de Robinson as análises neogramscianas partem, não da superação do Estado nacional, e sim de sua expansão. Aqui temos a passagem de um bloco histórico *internacional* para a formação de um bloco histórico *transacional* (Gill, 1994)

O conceito de "Estado ampliado" como visto anteriormente, não apenas nos serve para compreender as relações dialéticas entre Estado-sociedade civil em um bloco único de hegemonia, mas também lido através dos neo-gramscianos nos permite compreender a relação internacional/nacional no pensamento de Gramsci. Robert Cox como vimos, utiliza a imagem de uma internacionalização do Estado, o que nos permite relativizar a noção do "fim do Estado" proposto por Robinson. Para Cox a expansão do Estado para o campo internacional é um fenômeno característico do capitalismo:

> Na base da tentativa desta observação, pareceria que, historicamente, para tornar-se hegemônico, um Estado teria que construir e proteger uma ordem mundial que seria universal na sua própria concepção, isto é não seria uma ordem em que um Estado exploraria diretamente os outros mas, uma na qual a maioria dos outros Estados (ou pelo menos aqueles que estão dentro do alcance hegemônico) achariam compatíveis com os seus interesses. Tal ordem dificilmente seria concebida em termos apenas estatais, provavelmente isso traria para primeiro plano as oposições entre os interesses dos Estados. Isso provavelmente daria mais proeminência as oportunidades para que as forças da sociedade civil operassem em escala mundial (ou na escala da esfera dentro da qual a hegemonia prevalece). O conceito hegemônico da ordem mundial é fundado não somente sobre a regulação do conflito interestatal mas também sobre uma sociedade civil concebida globalmente, isto é, um modo de produção na extensão global o qual resulta das ligações entre classes sociais dos países abrangidos por ela (Cox, 1994b).

À hegemonia nacional da burguesia corresponde à busca de sua hegemonia mundial. As instituições econômicas, sociais, políticas e a cultura, fruto de sua hegemonia interna se tornam o padrão para sua expansão internacional. Tal hegemonia em expansão se impinge aos países periféricos. A hegemonia não é meramente uma ordem entre Estados. É também uma estrutura complexa social, econômica, e política que conecta as classes sociais internacionalmente. As ordens mundiais, portanto, são ligadas às relações sociais (Cox, 1994b: 62)

No século XX vimos a emergência de um Bloco Histórico e de formas de Estado, denominadas por Cox de "bem-estar nacionalista" (1987). Segundo van der Pijl, entre 1917 e 1974/5 houve um processo de formação de uma classe capitalista internacional que integrou as burguesias do Atlântico Norte e que estabeleceu os princípios da hegemonia norte-americana sobre o mundo, sob a égide do chamado *liberalismo corporativo*, que unia as diversas frações das burguesias atlânticas e os seus proletariados, sob as bênçãos de um

Estado protetor e intervencionista. Aqui a fração dominante era o capital financeiro. Este processo contínuo deve ser entendido como a "redefinição das coordenadas do domínio burguês em resposta e antecipando a dinâmica da internacionalização do capital, passou através de vários estágios, iniciando-se já no século XIX" (1988: 01).

Este "Estado internacionalizado" entrou em colapso com a crise dos anos 70, um período de crise orgânica, uma crise do padrão hegemônico que se instaurou no pós 1945. É uma crise tanto política como econômica, tanto da ordem intra como da inter-capitalista, uma crise da forma de Estado e como também da sociedade civil. Para o autor, portanto a crise é "tripla":

> "(...) ou seja, uma transformação envolvendo os três 'níveis' interligados: (I) 'econômico', incluindo a reestruturação da produção global, finanças e intercâmbio, que desafiam séries de arranjos e formas de organização econômica; (II) 'política', ou seja, em termos de mudanças institucionais, incluindo formas de Estado em mudança, a internacionalização, transnacionalização ou, de fato, a globalização do Estado, e o que Robert Cox (capítulo 10) chama de emergência do sistema interestatal 'pós-westfaliano', assim indicando uma mudança onde os neo-realistas vêem uma continuidade essencial; e (III) 'sócio-cultural', que é (em parte) a forma de reestruturação global nos níveis políticos e econômicos que também apresenta desafios às estruturas sociais, idéias e práticas já estabelecidas, assim promovendo, bem como constrangendo as possibilidades de mudança". (Gill,1994)

Correspondendo a esta mudança estrutural, temos o progressivo desenvolvimento de um novo Bloco Histórico baseado na emergência de uma nova estrutura de classes transacional. Assim, este bloco pode ser conceituado como caracterizado pela centralidade da livre empresa transacional, dependendo para a sua expansão da ampliação do conjunto Estado-sociedade civil. Este complexo é ao mesmo tempo nacional e internacional, pois sendo parte das estruturas "locais" tanto quanto se constitui em uma sociedade civil e em uma política "global". O bloco histórico transacional é formado, com seu núcleo ampliado compreendendo elementos do aparato estatal do G7 e do capital transacional (em manufaturas, finanças e serviços), em associação com os trabalhadores privilegiados e pequenas firmas(Gill, 2003).

Não há dúvidas, portanto, sobre a mudança real que a globalização reflete, e seu impacto sobre a estrutura e mesmo a luta de classes. Segundo Cox, como uma conseqüência da emergência de um sistema produtivo global, para além da produção internacional, se torna cada vez mais pertinente pensar em termos de uma florescente estrutura de classes transnacional juntamente ou sobreposta sobre as estruturas de classe nacionais (Cox, 1986).

Em complemento, Gill (1990) identificou o "desenvolvimento de uma fração de classe capitalista transnacional".

Há, contudo muitos pontos em comum nestas leituras e aquelas vistas anteriormente. Robinson, Gill e Cox compreendem esta estrutura de classes emergente como se sobrepondo, mais do que substituindo a estrutura de classes nacional. Assim compreendem a existência de um conflito real entre as estruturas nacionais e as transnacionais, tendo as indústrias nacionais interesses que se chocam com as frações globalizadas. Também enfatizam o papel das agencias internacionais como *locci* privilegiados de poder e de formulação das políticas globalizadas. A balança do poder burguês progressivamente pende para a sociedade civil globalizada em detrimento das estruturas do Estado nacional (Cox, 1994).

Por outro lado, a luta de classes é vista o centro fundamental de todo este processo. A formação de um novo *Bloco Histórico Transacional* presumira necessariamente a incorporação de setores subalternos, algo que não tem acontecido. O processo de globalização também dividiu os setores populares bem como a classe média em beneficiários e prejudicados pela reestruturação pós-fordista neoliberal. Em outros termos, mesmo compreendendo que existem potencialmente conflitos entre eles, os trabalhadores ligados ao setor transnacional são aliados em potencial deste capital. No outro lado, portanto, teríamos os trabalhadores ligados ao capital nacional, trabalhadores não-estabelecidos recém-mobilizados no Terceiro Mundo e marginais sociais nos países.(Cox, 1994).

Pode-se concluir este texto apontando que a leitura gramsciana escapa das duas leituras errôneas sobre a história contemporânea. Por um lado, aquela que postula uma ruptura fundamental com o passado, colocando os fenômenos da globalização e da transnacionalização como uma nova fase da história mundial, onde o próprio sistema capitalista estaria sendo superado por uma sociedade pós-capitalista, sendo seu efeito político mais visível a suplantação do Estado por um ordem nacional e internacional onde a sociedade civil estaria pouco a pouco ocupando o espaço central, ou seja, uma nova ordem mundial pós-westphaliana. E por outro, aquela que nega as transformações históricas atuais, colocando os fenômenos da globalização como uma cortina de fumaça ao encobrir as reais relações de poder ou colocando a globalização como um mito a ser denunciado.

BIBLIOGRAFIA

Cox, Robert, W. (1987) *Production, Power, and World Order*. New York: Columbia University Press.

_____ (1986) "Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory", *in* R.O. Keohane, *Neorealists and its critics*, Nova York, Columbia University Press

_____ (1994). Gramsci, Hegemony and IR. In: S. Gill (org.) *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge University Press.

_____ (1997) Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. *Review of International Studies* , 25.

Gill, S. (1990). *American Hegemony and Trilateral Commission*, Cambridge University Press, 1990.

_____ (1994b). Gramsci and global politics: towards a post-hegemonic research agenda. In: Idem (org.) *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge University Press.

_____ (1997) Gramsci, modernity and globalization. *International Gramsci Society Online Article.* Jan. Disponível em **www.italnet.nd.edu/gramsci/resources/online**. Acessado em 19/07/2006**.**

Liguori, G. (2003). Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. Coutinho, C. N.; Teixeira, A. de P. (orgs.) *Ler Gramsci, entender a realidade.* RJ: C. Brasileira.

Robinson, W. (2004) *A theory of global capitalism: Production, class and state in a transational world.* Baltimore: John Hopkins University Press, 2004.

_____ & J. Harris **(**2000). Towards A Global Ruling Class? Globalization and the Transnational Capitalist Class. *Science & Society*, Vol. 64, No. 1, Spring.

_____ (1996). "Globalisation: nine These of Our Epoch." *Race and Class*, 38:2, 13-31.

_____ (1997). "A Case Study of Globalisation Processes in the Third World: A Transnational Agenda in Nicaragua." *Global Society.* 11:1, 61-92.

_____ (1998). "Beyond Nation-State Paradigms: Globalization, Sociology, and the Challenge of Transnational Studies." *Sociological Forum*, 13:4, 561-594.

Van der Pijl, K. (1988). *The Making of an Atlantic Ruling Class*. London: Verso.